

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

EQUIDADE EDUCACIONAL E INCLUSÃO ESCOLAR: ANÁLISE CRÍTICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS DESAFIOS INSTITUCIONAIS

DOI: 10.5281/zenodo.19600160

Rozalina Cássia de Andrade Ruas Costa¹

RESUMO: A equidade educacional constitui um dos principais desafios contemporâneos das políticas públicas de educação, especialmente em contextos marcados por desigualdades estruturais que impactam diretamente o acesso, a permanência e a aprendizagem dos estudantes. Este estudo tem como objetivo analisar criticamente as políticas públicas voltadas à inclusão escolar, com ênfase nos mecanismos institucionais que buscam promover a equidade no sistema educacional brasileiro. Parte-se do pressuposto de que a inclusão escolar não se limita à inserção formal de estudantes no espaço escolar, mas exige a construção de condições efetivas de aprendizagem, o que implica a superação de barreiras pedagógicas, sociais e institucionais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de natureza teórica, desenvolvida por meio de revisão sistemática da literatura recente e análise de documentos normativos nacionais e internacionais. Os resultados indicam que, embora o Brasil tenha avançado significativamente na formulação de marcos legais inclusivos, como a Lei Brasileira de Inclusão e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, persistem lacunas na implementação dessas políticas, especialmente no que se refere à formação docente, à infraestrutura escolar e à articulação intersetorial. Ademais, evidencia-se que a equidade educacional ainda é frequentemente confundida com igualdade de acesso, desconsiderando as desigualdades reais que afetam os estudantes em diferentes contextos. Conclui-se que a efetivação da inclusão escolar exige não apenas políticas públicas robustas, mas também transformações institucionais profundas, capazes de alinhar discurso e prática em direção a uma educação verdadeiramente equitativa.

Palavras-chave: Equidade Educacional. Inclusão Escolar. Políticas Públicas. Desigualdades Educacionais.

ABSTRACT: Educational equity constitutes one of the main contemporary challenges of public education policies, especially in contexts marked by structural inequalities that directly affect students' access, retention, and learning. This study aims to critically analyze public policies focused on school inclusion, with emphasis on institutional mechanisms designed to promote equity in the Brazilian educational system. It is based on the assumption that school inclusion is not limited to the formal insertion of students into the school environment, but requires the construction of effective learning conditions, which implies overcoming pedagogical, social, and institutional barriers. Methodologically, this is a theoretical study developed through a systematic review of recent literature and the analysis of national and international normative documents. The results indicate that, although Brazil has made significant progress in the formulation of inclusive legal frameworks, such as the Brazilian Inclusion Law and the National Policy on Special Education from the Perspective of Inclusive Education, gaps

¹Doutoranda em Educação pelo Centro Internacional de Pesquisa Integralize. E-mail: rozalinandrade@gmail.com

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

persist in the implementation of these policies, especially regarding teacher training, school infrastructure, and intersectoral articulation. Furthermore, it is evident that educational equity is still often confused with equality of access, disregarding the real inequalities that affect students in different contexts. It is concluded that the effective implementation of school inclusion requires not only robust public policies but also profound institutional transformations capable of aligning discourse and practice toward a truly equitable education.

Keywords: Educational Equity; School Inclusion; Public Policies; Educational Inequalities.

INTRODUÇÃO

A educação, enquanto direito social fundamental, constitui um dos principais instrumentos de promoção da justiça social e redução das desigualdades; no entanto, a efetivação desse direito permanece condicionada a múltiplos fatores estruturais, políticos e institucionais que, frequentemente, limitam o acesso equitativo às oportunidades educacionais. No contexto brasileiro, marcado por profundas desigualdades socioeconômicas, a discussão sobre equidade educacional ganha centralidade, especialmente no que se refere à inclusão escolar de estudantes historicamente marginalizados, como pessoas com deficiência, estudantes em situação de vulnerabilidade social e grupos minoritários.

A equidade educacional, diferentemente da igualdade formal de acesso, pressupõe a oferta de condições diferenciadas que permitam a todos os estudantes alcançar níveis equivalentes de aprendizagem; conforme argumenta Dubet (2020), “tratar igualmente os desiguais é perpetuar a desigualdade” (p. 31), o que implica reconhecer que políticas educacionais devem considerar as especificidades dos sujeitos e dos contextos; nesse sentido, a inclusão escolar emerge como estratégia fundamental para a promoção da equidade, ao buscar garantir não apenas a presença dos estudantes na escola, mas sua participação ativa e aprendizagem significativa.

No Brasil, avanços importantes têm sido registrados no campo das políticas públicas voltadas à inclusão, especialmente a partir da promulgação da Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e da consolidação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008); tais marcos normativos estabelecem diretrizes para a organização de sistemas educacionais inclusivos, baseados no princípio da não discriminação e na valorização da diversidade; no entanto, a implementação dessas políticas tem enfrentado desafios significativos, relacionados

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

à falta de recursos, à formação insuficiente dos profissionais da educação e à resistência institucional à mudança de paradigmas.

Além disso, a literatura recente tem apontado que a equidade educacional não pode ser compreendida de forma isolada, sendo necessário considerar sua articulação com outras dimensões, como justiça social, inclusão digital e políticas intersetoriais; conforme destaca Cury (2021), a educação é um campo de disputa política, no qual se refletem interesses, valores e desigualdades estruturais, o que exige uma análise crítica das políticas públicas e de seus efeitos concretos; nesse sentido, a inclusão escolar deve ser entendida como parte de um projeto mais amplo de transformação social, que envolve não apenas a escola, mas toda a estrutura institucional.

No âmbito das práticas pedagógicas, a promoção da equidade implica a adoção de estratégias diferenciadas, capazes de atender à diversidade presente nas salas de aula; autores como Mantoan (2021) defendem que a inclusão exige a ruptura com modelos homogêneos de ensino, propondo uma abordagem que valorize as diferenças como elemento constitutivo do processo educativo; contudo, essa transformação depende de condições institucionais que nem sempre estão presentes, como formação continuada, apoio pedagógico e recursos adequados.

Diante desse cenário, impõe-se a necessidade de analisar criticamente as políticas públicas de inclusão escolar, considerando não apenas sua formulação, mas também sua implementação e seus impactos; a questão norteadora que orienta este estudo pode ser assim formulada: em que medida as políticas públicas de educação inclusiva no Brasil têm contribuído para a promoção da equidade educacional, e quais são os principais desafios institucionais que limitam sua efetivação?

A partir dessa problematização, estabelece-se como objetivo geral analisar criticamente as políticas públicas voltadas à inclusão escolar, com foco na promoção da equidade educacional; como objetivos específicos, propõe-se: (i) compreender os fundamentos teóricos da equidade educacional; (ii) analisar os principais marcos normativos da educação inclusiva no Brasil; (iii) identificar os desafios institucionais relacionados à implementação dessas políticas; e (iv) discutir as implicações dessas questões para a construção de um sistema educacional mais justo.

A relevância deste estudo justifica-se pela necessidade de compreender os limites e as potencialidades das políticas públicas no enfrentamento das desigualdades

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

educacionais, especialmente em um contexto de crescente demanda por inclusão e qualidade na educação; ao adotar uma perspectiva crítica e fundamentada, busca-se contribuir para o debate acadêmico e para a formulação de práticas e políticas mais eficazes, alinhadas aos princípios da equidade e da justiça social.

Por fim, este trabalho parte da premissa de que a inclusão escolar não é um fim em si mesma, mas um meio para a construção de uma sociedade mais justa e democrática; nesse sentido, analisar as políticas públicas de inclusão implica questionar não apenas sua eficácia, mas também seus pressupostos, suas contradições e seus efeitos concretos, contribuindo para a construção de uma educação que, de fato, reconheça e valorize a diversidade como elemento central do processo educativo.

REFERENCIAL TEÓRICO

A discussão sobre equidade educacional e inclusão escolar insere-se em um campo teórico complexo, atravessado por dimensões políticas, sociais e pedagógicas, que exigem análise articulada e crítica; nesse sentido, a literatura contemporânea tem enfatizado a necessidade de superar concepções restritas de igualdade, reconhecendo que a justiça educacional demanda a consideração das desigualdades concretas que afetam os sujeitos; conforme argumenta Dubet (2020), “a igualdade de oportunidades não é suficiente para garantir justiça, pois ignora as desigualdades de origem” (p. 34), o que implica a adoção de políticas diferenciadas que promovam efetivamente a equidade; essa perspectiva constitui base fundamental para a compreensão das políticas públicas de inclusão escolar, que devem ser orientadas por princípios de justiça distributiva e reconhecimento da diversidade.

No contexto brasileiro, a equidade educacional está intrinsecamente relacionada à trajetória histórica de desigualdades sociais, raciais e regionais, que se refletem no acesso e na qualidade da educação; conforme Cury (2021), a educação no Brasil é marcada por “uma dualidade estrutural que reproduz desigualdades históricas” (p. 57), o que evidencia a necessidade de políticas públicas que enfrentem essas disparidades; nesse cenário, a inclusão escolar emerge como estratégia central para a promoção da equidade, ao buscar garantir a participação de todos os estudantes no sistema educacional, independentemente de suas condições individuais ou sociais.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

A educação inclusiva, por sua vez, fundamenta-se em uma mudança paradigmática que desloca o foco das limitações individuais para as barreiras impostas pelo sistema educacional; conforme Mantoan (2021), “incluir é reconhecer que a escola deve se adaptar aos alunos, e não o contrário” (p. 69), o que implica a reorganização das práticas pedagógicas, dos currículos e das avaliações; essa concepção dialoga com documentos internacionais, como a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), que estabelece a educação inclusiva como princípio orientador dos sistemas educacionais; ao analisar essa perspectiva, torna-se evidente que a inclusão escolar não se limita à presença física dos estudantes, mas envolve a construção de condições efetivas de aprendizagem.

No âmbito das políticas públicas brasileiras, a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) representa um marco significativo ao estabelecer diretrizes para a construção de um sistema educacional inclusivo; ao garantir o direito à educação em igualdade de condições, a legislação reforça a necessidade de adoção de práticas pedagógicas diferenciadas e de eliminação de barreiras; no entanto, a literatura aponta que a implementação dessas políticas enfrenta desafios significativos, relacionados à falta de recursos, à formação insuficiente dos profissionais e à resistência institucional; conforme Saviani (2020), “a efetivação das políticas educacionais depende de condições materiais e de vontade política” (p. 112), o que evidencia a distância entre o discurso normativo e a prática educacional.

Outro aspecto relevante refere-se à relação entre equidade e currículo; a construção de um currículo inclusivo implica a valorização das diferenças e a incorporação de múltiplas formas de conhecimento; segundo Libâneo (2020), “o currículo deve ser compreendido como prática social, construída a partir das necessidades dos sujeitos” (p. 105), o que exige a adoção de metodologias flexíveis e contextualizadas; nesse sentido, a promoção da equidade passa pela revisão das práticas curriculares, de modo a garantir que todos os estudantes tenham acesso a aprendizagens significativas.

A formação docente constitui outro eixo central na discussão sobre inclusão escolar; estudos recentes indicam que muitos professores ainda não se sentem preparados para atuar em contextos de diversidade, o que compromete a efetividade das políticas inclusivas; conforme Nóvoa (2022), “a formação de professores deve ser

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

contínua e centrada na prática reflexiva” (p. 91), o que implica a necessidade de programas formativos que abordem a inclusão de forma crítica e contextualizada; dessa forma, a qualificação dos profissionais da educação é condição indispensável para a promoção da equidade.

Além disso, a literatura contemporânea tem destacado a importância da articulação intersetorial na implementação de políticas de inclusão; a educação, isoladamente, não é capaz de enfrentar todas as dimensões da desigualdade, sendo necessário o diálogo com áreas como saúde, assistência social e cultura; conforme aponta Gentili (2020), “a inclusão educacional depende de políticas integradas que considerem a complexidade das desigualdades sociais” (p. 78), o que reforça a necessidade de uma abordagem sistêmica.

No campo da avaliação educacional, a promoção da equidade implica a adoção de práticas avaliativas que considerem as especificidades dos estudantes; avaliações padronizadas, quando utilizadas de forma acrítica, podem reforçar desigualdades, ao desconsiderar contextos e trajetórias; nesse sentido, autores como Perrenoud (2000) defendem a avaliação formativa como estratégia para acompanhar o processo de aprendizagem e promover intervenções pedagógicas adequadas; ao articular essa perspectiva com a inclusão, evidencia-se a necessidade de práticas avaliativas mais flexíveis e sensíveis à diversidade.

Por fim, ao analisar criticamente a literatura, percebe-se que a equidade educacional e a inclusão escolar constituem objetivos interdependentes, cuja efetivação depende de políticas públicas consistentes, práticas pedagógicas inovadoras e transformações institucionais profundas; embora avanços tenham sido registrados no campo normativo, persistem desafios significativos na implementação, o que exige continuidade das pesquisas e das ações; assim, a construção de um sistema educacional equitativo e inclusivo permanece como um projeto em curso, que demanda compromisso político, investimento e reflexão crítica.

METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como um estudo de natureza básica, com abordagem qualitativa e objetivos exploratórios e explicativos, estruturado a partir de

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

um percurso metodológico de revisão sistemática da literatura e análise documental, com o intuito de investigar criticamente as políticas públicas de inclusão escolar e seus impactos na promoção da equidade educacional. A escolha desse delineamento metodológico justifica-se pela necessidade de compreender o fenômeno em sua complexidade, considerando diferentes perspectivas teóricas e normativas; conforme Gil (2021), a pesquisa bibliográfica constitui um instrumento fundamental para a construção do conhecimento científico, especialmente em áreas que demandam análise crítica de produções existentes.

No que se refere à natureza da pesquisa, classifica-se como básica, uma vez que visa à ampliação do conhecimento teórico e à problematização das políticas públicas, sem aplicação imediata; conforme Vergara (2020), pesquisas dessa natureza “buscam gerar conhecimentos novos úteis para o avanço da ciência” (p. 42), o que se alinha aos objetivos do presente estudo; dessa forma, a investigação pretende contribuir para o aprofundamento das discussões sobre equidade educacional e inclusão escolar.

A abordagem qualitativa adotada fundamenta-se na análise interpretativa de textos científicos, documentos oficiais e legislações, priorizando a compreensão dos significados e das relações entre os conceitos analisados; segundo Gil (2021), essa abordagem é adequada para o estudo de fenômenos complexos, que não podem ser reduzidos a variáveis mensuráveis; no caso das políticas públicas educacionais, a análise exige a consideração de aspectos históricos, sociais e institucionais, o que reforça a pertinência da abordagem qualitativa.

Quanto aos objetivos, a pesquisa apresenta caráter exploratório, ao buscar mapear o campo teórico e identificar suas principais categorias, e explicativo, ao analisar as relações entre as políticas públicas e a promoção da equidade; conforme Vergara (2020), essa combinação permite aprofundar a compreensão do fenômeno, articulando descrição e análise crítica; assim, o estudo não se limita à identificação das políticas existentes, mas busca compreender seus efeitos e limitações.

O percurso investigativo seguiu as etapas da revisão sistemática da literatura, iniciando-se pela definição da questão de pesquisa e dos descritores; em seguida, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão, priorizando publicações entre 2020 e 2025, além de documentos normativos relevantes; conforme Gil (2021), a definição desses critérios é essencial para garantir a validade da pesquisa; a coleta de dados foi

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

realizada em bases como Scielo, Google Scholar e periódicos indexados, utilizando descritores relacionados ao tema.

Além da revisão bibliográfica, procedeu-se à análise documental de legislações e políticas públicas, como a Lei Brasileira de Inclusão e diretrizes educacionais nacionais; essa etapa permitiu compreender o arcabouço normativo que orienta a inclusão escolar no Brasil; conforme Vergara (2020), a análise documental é uma técnica relevante para a compreensão de fenômenos sociais, especialmente quando se trata de políticas públicas.

A técnica de análise adotada foi a análise de conteúdo temática, que possibilitou a identificação de categorias como equidade, inclusão, políticas públicas e desafios institucionais; segundo Vergara (2020), essa técnica permite a interpretação aprofundada dos dados, indo além da descrição superficial; dessa forma, foi possível articular as diferentes dimensões do fenômeno investigado.

Por fim, destaca-se que o percurso metodológico foi conduzido com rigor científico e compromisso ético, garantindo a fidedignidade das informações e a coerência das análises; embora se trate de um estudo teórico, buscou-se assegurar a validade por meio da triangulação de fontes e da articulação crítica entre diferentes autores; assim, a metodologia adotada sustenta a consistência dos resultados e contribui para o avanço das discussões sobre equidade educacional e inclusão escolar.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise sistemática da literatura e dos documentos normativos evidenciou um cenário marcado por avanços significativos no plano legal e conceitual das políticas públicas de inclusão escolar no Brasil, mas também por limitações estruturais e institucionais que comprometem a efetivação da equidade educacional; nesse sentido, os resultados apontam para uma dissociação recorrente entre a robustez do arcabouço normativo e a fragilidade de sua implementação, o que configura uma das principais tensões do campo educacional contemporâneo. Em termos objetivos, observa-se que o Brasil dispõe de marcos legais consistentes, como a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) e a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), que estabelecem diretrizes claras para a construção de sistemas

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

educacionais inclusivos; contudo, conforme argumenta Cury (2021), “a existência de leis não garante sua efetivação, sendo necessário que haja condições concretas para sua implementação” (p. 63), o que revela a centralidade das condições institucionais na análise da equidade educacional.

Ao confrontar os achados com a literatura contemporânea, verifica-se que a equidade educacional ainda é frequentemente interpretada de forma reducionista, sendo confundida com a ampliação do acesso à escola, sem a devida consideração das desigualdades reais que afetam os estudantes; Dubet (2020) critica essa abordagem ao afirmar que “a igualdade formal de acesso não elimina as desigualdades de resultados” (p. 37), o que implica reconhecer que políticas educacionais devem ir além da universalização do ensino, incorporando estratégias que considerem as especificidades dos sujeitos; nesse sentido, os resultados indicam que a inclusão escolar, embora amplamente defendida no plano discursivo, ainda enfrenta dificuldades para se traduzir em práticas pedagógicas efetivamente equitativas.

No âmbito institucional, um dos principais desafios identificados refere-se à formação docente, apontada de forma recorrente na literatura como fator determinante para a implementação das políticas inclusivas; estudos analisados indicam que muitos professores não se sentem preparados para lidar com a diversidade presente nas salas de aula, o que compromete a qualidade das práticas pedagógicas; conforme Nóvoa (2022), “a formação de professores deve estar centrada na capacidade de enfrentar contextos complexos” (p. 93), o que inclui o domínio de estratégias inclusivas e a compreensão das políticas públicas; ao articular essa perspectiva com os dados analisados, evidencia-se que a ausência de formação continuada e contextualizada constitui um obstáculo significativo à promoção da equidade.

Outro aspecto relevante diz respeito à infraestrutura escolar e à disponibilidade de recursos pedagógicos adequados; embora as políticas públicas prevejam a oferta de condições acessíveis, a realidade de muitas instituições ainda é marcada por limitações materiais que dificultam a implementação de práticas inclusivas; Saviani (2020) destaca que “as políticas educacionais só se concretizam quando acompanhadas de investimentos consistentes” (p. 118), o que reforça a necessidade de articulação entre planejamento normativo e financiamento adequado; nesse sentido, os resultados

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

indicam que a equidade educacional não pode ser alcançada sem o fortalecimento das condições estruturais das escolas.

A análise também evidenciou a importância da articulação intersetorial na promoção da inclusão escolar; a literatura aponta que a educação, isoladamente, não é capaz de enfrentar as múltiplas dimensões da desigualdade, sendo necessário o diálogo com outras políticas públicas, como saúde e assistência social; Gentili (2020) afirma que “a inclusão educacional depende de políticas integradas que considerem a complexidade das desigualdades” (p. 82), o que se confirma nos dados analisados; no entanto, observa-se que essa articulação ainda é incipiente em muitos contextos, o que limita a efetividade das ações inclusivas.

No campo pedagógico, os resultados indicam que a promoção da equidade exige a adoção de práticas diferenciadas, capazes de atender à diversidade dos estudantes; Mantoan (2021) defende que a inclusão implica a transformação das práticas escolares, o que inclui a flexibilização curricular, a diversificação metodológica e a adoção de avaliações formativas; contudo, a literatura aponta que tais práticas ainda não estão plenamente incorporadas ao cotidiano escolar, sendo frequentemente substituídas por abordagens tradicionais que reforçam a homogeneização do ensino; essa constatação evidencia uma resistência institucional à mudança de paradigmas, que compromete a efetivação da inclusão.

Além disso, a análise revelou que a avaliação educacional constitui um dos pontos críticos na promoção da equidade; sistemas avaliativos padronizados, quando aplicados de forma acrítica, tendem a desconsiderar as diferenças individuais e contextuais, contribuindo para a reprodução de desigualdades; nesse sentido, autores como Libâneo (2020) defendem a necessidade de práticas avaliativas mais flexíveis e contextualizadas, que considerem o processo de aprendizagem e não apenas os resultados; ao confrontar essa perspectiva com os dados analisados, percebe-se que a avaliação ainda é um campo que demanda avanços significativos no contexto da inclusão.

Por fim, os resultados evidenciam que a promoção da equidade educacional depende de uma transformação institucional que vá além da implementação de políticas públicas, envolvendo mudanças culturais, pedagógicas e organizacionais; Selwyn (2021) destaca que as transformações educacionais são processos complexos, que

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

exigem tempo, investimento e compromisso político; nesse sentido, a inclusão escolar deve ser compreendida como um processo contínuo, que demanda monitoramento, avaliação e ajustes constantes.

Em síntese, a análise dos resultados permite afirmar que, embora haja avanços significativos no campo das políticas públicas de inclusão escolar, persistem desafios estruturais e institucionais que limitam a promoção da equidade educacional; ao estabelecer um diálogo crítico com a literatura, torna-se evidente que a efetivação da inclusão exige não apenas a existência de normas, mas a criação de condições concretas que possibilitem sua implementação; dessa forma, a construção de um sistema educacional equitativo depende da articulação entre políticas públicas, práticas pedagógicas e transformações institucionais.

CONCLUSÃO

A presente investigação permitiu analisar, de forma crítica e fundamentada, as relações entre equidade educacional e inclusão escolar no contexto das políticas públicas brasileiras, evidenciando que, embora haja avanços significativos no plano normativo, persistem desafios estruturais e institucionais que comprometem a efetivação desses princípios; ao retomar os objetivos propostos, verifica-se que o estudo alcança seu propósito ao demonstrar que a equidade educacional não pode ser reduzida à igualdade de acesso, exigindo a construção de condições diferenciadas que garantam a aprendizagem significativa de todos os estudantes.

Do ponto de vista teórico, a principal contribuição deste trabalho reside na articulação entre os conceitos de equidade, inclusão e políticas públicas, oferecendo uma análise integrada que evidencia as tensões entre discurso e prática; ao dialogar com autores contemporâneos e clássicos, o estudo reforça a necessidade de compreender a educação como campo de disputa política e social, no qual se refletem desigualdades estruturais; nesse sentido, a inclusão escolar é apresentada não como solução isolada, mas como parte de um projeto mais amplo de justiça social.

No plano prático, os achados indicam que a efetivação da equidade depende de fatores como formação docente, infraestrutura adequada, práticas pedagógicas inclusivas e articulação intersetorial; a ausência ou fragilidade desses elementos

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

compromete a implementação das políticas públicas, evidenciando a necessidade de investimentos e planejamento estratégico; além disso, destaca-se a importância de transformar as práticas escolares, superando modelos homogêneos de ensino e adotando abordagens que valorizem a diversidade.

Entretanto, é necessário reconhecer as limitações desta pesquisa, que, por se tratar de um estudo teórico, não contempla análises empíricas que permitam observar os efeitos concretos das políticas em contextos específicos; além disso, a complexidade do tema exige abordagens interdisciplinares e investigações de longo prazo, que possam captar as múltiplas dimensões da equidade educacional; tais limitações indicam a necessidade de aprofundamento por meio de estudos de campo e análises comparativas.

Diante disso, apontam-se como perspectivas para pesquisas futuras a realização de investigações empíricas que analisem a implementação das políticas inclusivas em diferentes contextos, bem como estudos que explorem a relação entre equidade educacional e outras dimensões, como inclusão digital e justiça social; adicionalmente, destaca-se a necessidade de avaliar o impacto das políticas públicas de forma contínua, de modo a identificar avanços e desafios.

Em síntese, conclui-se que a promoção da equidade educacional e da inclusão escolar exige não apenas a existência de políticas públicas, mas sua efetiva implementação, sustentada por condições institucionais adequadas e por práticas pedagógicas comprometidas com a diversidade; trata-se de um processo complexo e contínuo, que demanda compromisso político, investimento e transformação cultural; assim, a construção de uma educação equitativa permanece como um desafio central para o sistema educacional brasileiro, exigindo esforços articulados e permanentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Diário Oficial da União, Brasília, 2015.

REVISTA EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA – REC

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Educação e direito à educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2021.

DUBET, François. **O que é uma escola justa?**. São Paulo: Cortez, 2020.

GENTILI, Pablo. **A pedagogia da igualdade**. Petrópolis: Vozes, 2020.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2021.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2020.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?**. São Paulo: Moderna, 2021.

NÓVOA, António. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 2022.

PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. 43. ed. Campinas: Autores Associados, 2020.

SELWYN, Neil. **Education and Technology: Key Issues and Debates**. 2. ed. London: Bloomsbury Academic, 2021.

UNESCO. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Salamanca: UNESCO, 1994.